

POLÍBIO CONTRA FILARCO, OU CRÍTICA À HISTORIOGRAFIA TRÁGICA

POLYBIUS AGAINST PHYLARCHUS.

citation and similar papers at core.ac.uk

brought

provia

BRENO BATTISTIN SEBASTIANI*

Resumo: Políbio critica a concepção tragicizante de escrever história tal qual julga ter sido empregada por seu antecessor Filarco, a ela opondo elementos constitutivos de sua história pragmática. Assim, suscita o problema relativo à definição de historiografia trágica precisamente no instante em que o articula a elementos de seu próprio projeto historiográfico.

Palavras-chave: Políbio; História Pragmática; Filarco; Historiografia Trágica.

Abstract: Polybius criticizes the tragicizing conception of writing history as he considers it to have been employed by his antecessor Phylarchus, opposing to it constitutive elements of his pragmatic history. In doing so he raises the problem of the definition of tragic historiography when connecting it to elements of his own historiographical project.

Keywords: Polybius; Pragmatic History; Phylarchus; Tragic Historiography.

Dentre as razões relativas à teoria da história pelas quais se destacou a obra de Políbio de Megalópolis (210 – 120 a.C.), duas se articulam em torno do objetivo de construir uma história dita pragmática: a necessidade de estabelecer um relato fidedigno voltado para a educação de homens que ocupassem importantes postos políticos e militares, e o uso abundante e reiterado da polêmica cerrada contra outros historiadores que escreveram orientados por outras preocupações, cujo principal exemplo é seu livro XII, inteiramente dedicado a desqualificar a obra de seu antecessor Timeu de Tauromênio¹. Outro passo, porém, que merece destaque relativamente à articulação entre polêmica e necessidade de estabelecer os princípios norteadores do próprio projeto historio-

* Breno Battistin Sebastiani é professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: sebastiani@usp.br

¹ Timeu de Tauromênio (IV-III a.C.), mais famoso e importante historiador da Sicília e dos gregos do ocidente: Marincola, 2001, p. 109. Escreveu uma história da Sicília desde as origens até 289 a.C. Em 38 livros, narrou as guerras entre Pírron e Roma até 264 a.C. e redigiu uma cronologia dos vencedores olímpicos.

gráfico, trata da crítica polibiana a outro antecessor, Filarco de Atenas², escolhido como alvo precisamente por escrever de maneira inovadora de acordo com as novas preocupações do período. Se, por um lado, sua obra não sobreviveu, por outro se tornou conhecida precisamente devido à crítica polibiana, que desencadeou uma série de problemas quanto à definição da “historiografia trágica”, até hoje de difícil compreensão. Assim, o propósito deste texto não é o de resolver um problema insolúvel devido ao estado atual e a escassez de elementos a ele relativos, mas discutir tão somente a lógica por via da qual Políbio articula a crítica ao predecessor a elementos que constituirão sua própria história pragmática.

A HISTORIOGRAFIA TRÁGICA NOS SÉCULOS III – II A.C.

A definição de “historiografia trágica”, expressão pela qual um modo de escrever história tornou-se conhecido no período helenístico, depende da interpretação do fragmento 1 de Dúris de Samos (III a.C.): “Éforo e Teopompo negligenciam muito os acontecimentos. Pois não adotaram nenhuma imitação nem prazer na elocução, mas se ocuparam tão somente do escrever.”³ Peripatético e amigo de Teofrasto, Dúris trata de dois historiadores que, segundo a tradição⁴, são de formação isocrática. Segundo K. von Fritz, três interpretações do fragmento são possíveis: a) a de E. Schwartz e seu continuador, P. Scheller, segundo a qual Dúris proporia uma redação historiográfica que se afastasse da seriedade tucidideana em favor de uma história que empregasse também a *μίμησις* e a *ἡδονή* atribuídas por Aristóteles à tragédia. Dúris assim seria o teórico da “historiografia trágica” definida como fusão entre os atributos peripatéticos da tragédia e história⁵; b) a de B. L. Ullman, que critica a primeira, segundo a qual não seria possível conceber que um peripatético de fato empre-

² Historiador ateniense (meados/final do séc. III a.C.), cuja obra em 28 livros era considerada a mais importante para os anos de 272-220 a.C., relativos aos acontecimentos na Grécia.

³ Fr. 1: “Εφορος τε καὶ Θεόπομπος τῶν γενομένων πλείστον ἀπελείφθησαν. οὔτε γὰρ μιμήσεως μετέλαβον οὐδεμιᾶς οὔτε ἡδονῆς ἐν τῇ φράσει, αὐτοῦ δὲ τοῦ γράφειν μόνον ἐπεμελήθησαν. Todas as traduções são de autoria e responsabilidade do autor.

⁴ Afirmada primeiramente por Cícero, *De or.*, II, 57: “*ex clarissima quasi rhetoris officina duo praestantes ingenio, Theopompus et Ephorus, ab Isocrate magistro impulsi se ad historiam contulerunt; causas omnino nunquam attigerunt*” (Como que de uma oficina de oradores muito ilustre, dois homens intelectualmente excelentes, Teopompo e Éforo, dedicaram-se à história estimulados por Isócrates; porém nunca participaram de processos) e aceita por Von Fritz, “Die Bedeutung des Aristoteles für die Geschichtsschreibung”, pp. 106 e ss, in: Latte et alii, 1956, que resenha as interpretações do fragmento conforme exposto na seqüência.

⁵ Cf. Von Fritz, “Die Bedeutung des Aristoteles für die Geschichtsschreibung”, pp. 107-9, in: Latte et alii, 1956.

gasse na redação da história, gênero categoricamente contraposto pelo mestre à tragédia, atributos a esta pertencentes. Tal procedimento só poderia ser ou de algum peripatético bandado para a escola isocrática ou dos próprios Éforo e Teopompo, posto que também Isócrates se serve dos conceitos de *μίμησις* e *ἡδονή*.

Assim, Dúris estaria na verdade criticando Éforo e Teopompo por não haverem sabido redigir de modo coerente com a preceituação isocrática, ou seja, Dúris representaria a historiografia propriamente peripatética e os dois isocráticos a “historiografia trágica”, muito embora como representantes imperfeitos⁶; c) a do próprio K. von Fritz: estribado em F. Wehrli, para quem a primeira interpretação é muito simplista, por não levar em consideração possíveis influências retóricas sobre Dúris; e em F. Walbank⁷, para quem a influência da tragédia sobre a história não se deve nem a Aristóteles nem a Isócrates, mas já se mostra em Heródoto⁸, o autor alemão aponta a contradição insolúvel entre as duas interpretações. Ambas se baseiam no fato de que, por um lado, Dúris “parece” opor sua teoria/prática aos isocráticos e “parece” não aceitar influências do próprio Isócrates. Por outro, é sabido que Aristóteles atribui a *μίμησις* à tragédia e não à história. Assim, enquanto a primeira interpretação avalia negativamente a contribuição dos isocráticos, a segunda ignora positivamente a de Aristóteles. Logo, dado o problema insolúvel representado pelo fragmento, seria necessário começar a pesquisa relativa à determinação da “historiografia trágica” diretamente pela *Poética*⁹.

⁶ Cf. Von Fritz, “Die Bedeutung des Aristoteles für die Geschichtsschreibung”, pp. 110-3, *in*: Latte et alii, 1956 e Ullman, 1942, pp. 25-44.

⁷ A crítica à interpretação de B. L. Ullman está em Walbank, 1945, pp. 8-9.

⁸ *Idem* Immerwhar, 1956, p. 270. Também está em Tucídides o procedimento: segundo Romilly, 1956, p. 26 a tentativa de invasão de Siracusa pelos atenienses (VI, 96 – VII, 9) constitui, em Tucídides, “um pequeno drama plenamente coerente, onde reina uma perfeita unidade de ação”.

⁹ Cf. VON FRITZ, “Die Bedeutung des Aristoteles für die Geschichtsschreibung”, pp. 113-5, *in*: Latte et alii, 1956. O *tour de force* operado por K. von Fritz não passou despercebido: na discussão que se seguiu à sua apresentação, K. Latte perguntou pelo papel das transformações do período pós-Alexandre enquanto influência historiográfica (pp. 129-30); K. von Fritz respondeu que muitos fatores podem fazê-lo, inclusive teorias (pp. 130-1); muito educadamente K. Hanell entrelaça então as duas teorias, mas enfatiza o papel das circunstâncias enquanto motivador do pensamento historiográfico (pp. 134-5); K. Latte torna-se mais incisivo: “Aristóteles teorizou completamente sobre a tragédia, mas os tragediógrafos nunca o empregaram”. Algo semelhante teria ocorrido com a história, pouco influenciada por teorias e muito pelas circunstâncias (p. 138); para K. von Fritz, a teoria forjaria o contexto e vice-versa (pp. 138-40); A. Momigliano aponta as influências de experiências ético-políticas sobre os historiadores do período, afirmando que a historiografia do século III a.C. se deve mais a elas do que a teorias: que os autores se utilizem do vocabulário e da bagagem aristotélicos é um fato, mas pouco se sabe com certeza a respeito da própria historiografia do período (pp. 140-3); K. von Fritz tenta explicar sua interpretação recor-

Também K. Sacks (1981, p. 148), sem mencionar o artigo de K. von Fritz, estabelece a distinção entre as interpretações de E. Schwartz / P. Scheller e B. L. Ullman, e conclui: “a investigação do problema foi tentada muitas vezes antes, sem sucesso aparente”. No caso específico da crítica de Políbio a Filarco, é preciso atentar para a singularidade do historiador a fim de se evitar precipitações promovidas por semelhanças vocabulares:

Talvez independentemente de outros historiadores Políbio desenvolveu um vocabulário historiográfico assumido como inteligível ao leitor por meio de definições e contextos. As palavras podem diferir, nuances importantes de outro lugar podem ser empregadas para preencher necessidades específicas. Não há evidência de utilização consistente entre Políbio e outros historiadores ou retóricos, nem de que Políbio de algum modo refletisse a linguagem da denominada “historiografia trágica”. (...) Se Políbio não reflete a influência da escola peripatética, isso sugere que historiografia trágica, para ele ao menos, consistia num conceito vagamente definido, de origem indeterminada e aplicação não específica.¹⁰ A questão da definição da “historiografia trágica” é mais complexa: os conceitos de *μῆσις* e *ἡδονή*, citados por Dúris como ausentes nos historiadores isocráticos, são atribuídos por Aristóteles à poesia mas não negados à história¹¹, e não integram a crítica polibiana a Filarco. Assim, com relação à “historiografia trágica”, três são os problemas insolúveis: a) de onde provêm os conceitos empregados por Dúris, de Aristóteles ou de Isócrates?; b) sua ausência em Éforo e Teopompo indica necessariamente que Dúris os utilizasse a fim de escrever “história trágica” adaptando Aristóteles?; c) a “historiografia trágica” tratada por Dúris é a mesma que será criticada por Políbio?

Partindo de respostas e suas combinações, qualquer interpretação gera inferências embasadas nas lacunas e ausências nos textos citados, tentando estabelecer distinções impossíveis, uma vez que “escrever história à maneira trágica” parece mais uma questão de estilo que de princípios¹². Apesar da dificuldade de definição da historiografia trágica, a crítica polibiana, porém, diz respeito não à questão da *μῆσις* em si, mas tão somente à maneira trágica de um discípulo de Dúris escrever com o propósito de meramente emocionar, a finalidade de entreter e suas conseqüências, crítica, portanto, apenas de fundo ético. Todo historiador antigo, não apenas Políbio, se utilizava de *μῆσις* em sentido aristotélico quando, por exemplo, reportava / reconstruía discursos. Assim como

rendo a pressupostos (pp. 143-5); por fim, J. de Romilly aponta as inúmeras transformações do período como possíveis promotoras de uma série de coincidências entre o vocabulário dos historiadores e o de Aristóteles (p. 145).

¹⁰ SACKS, 1981, p. 161.

¹¹ Aristóteles tão somente distingue os diferentes objetos (passado/possível) de poesia e história, as diferentes circunscrições (universalidade/particularidade) e as diferentes coesões (unidade de ação/de tempo).

¹² SACKS, 1981, p. 170, endossando opinião de F. Walbank

a poesia, a história conteria também imitação: narrativa, retratando homens em ação tais quais são e em prosa. Mesmo Aristóteles, em passo de controversa interpretação, apresenta uma lacuna em que se poderia situar a *μίμησις* também na historiografia: “a (composição) [que imita] apenas com palavras simples ou com metros e, com relação a estes, misturando-os uns aos outros ou utilizando um só gênero, até agora não tem nome”¹³.

Aceitando-se a abrangência semântica da inserção *ἐποποιία* e entendendo que a primeira conjunção “ou” indique uma alternativa entre dois meios distintos não de uma mesma arte¹⁴, é possível entender que a história possa também conter imitação. Em síntese, a crítica polibiana nada afirma quanto ao emprego de *μίμησις* na história, mas à atribuição de propósitos e finalidades exclusivamente poéticas a algo que não o é. Inserir-se-ia assim num debate com Aristóteles, aristotélicos e isocráticos tão somente com relação a questões éticas, e não a técnicas de composição visto que, assim como Isócrates e o estagirita, também não discute sobre *μίμησις* relativa à composição da história. Levará ainda três séculos até que Plutarco (não) resolva a questão, ao afirmar que a história, assim como a poesia, é uma construção mimética, e que Tucídides é um bom representante do procedimento:

Apenas Simônides declara que a pintura é poesia calada, e a poesia, pintura falante. Pois os pintores pintam ações como se ocorrendo, e quando ocorridas os discursos narram e compõem. Se, por um lado, os primeiros demonstram com cores e traços as mesmas coisas que os segundos com nomes e enunciados, por outro diferem pela matéria e maneira da imitação, mesmo sendo uma só a finalidade de ambos; o melhor dos historiadores é o que figurativiza a narrativa como uma pintura com emoções e personagens. Tucídides sempre se empenha visando o vigor do texto, como se ambicionasse tornar espectador o ouvinte e produzir nos leitores emoções comoventes e chocantes em relação aos acontecimentos narrados.¹⁵

¹³ ARIST., *Poét.*, 1447a29-b2: Ἡ δὲ [ἐποποιία] μόνον τοῖς λόγοις ψιλοῖς ἢ τοῖς μέτροις, καὶ τούτοις εἴτε μιγνύσα μετ' ἀλλήλων εἶθ' ἐνὶ τινὶ γένει χρομένη τῶν μέτρων, ἀνώνυμος τυγχάνει οὐσὰ μέχρι τοῦ νῦν. Termos inseridos destacados na edição de V. G. Yebra (ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΟΥΣ, 1992, p. 128).

¹⁴ Leitura que discorda do comentário de Yebra (ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΟΥΣ, 1992, *ad locum*), para quem tratar-se-ia de “uma só arte que tem como meio de imitação a linguagem, ora em prosa ora em verso”. A aceitação de “uma só arte” implica restrição do sentido abrangente da inserção “ἐποποιία”. Porém, na sequência ao passo, Aristóteles contrapõe os mimos de Sofrão e de Xenarco e os diálogos socráticos, em prosa, às composições em trímetros e versos elegíacos, opondo prosa a verso.

¹⁵ PLUT., *Sobre a glor. aten.*, 346f4-347a9: πλὴν ὁ Σιμωνίδης τὴν μὲν ζωγραφίαν ποίησιν σιωπῶσαν προσαγορεύει, τὴν δὲ ποίησιν ζωγραφίαν λαλοῦσαν. ἅς γὰρ οἱ ζωγράφοι πράξεις ὥς γινομένας δεικνύουσι, ταύτας οἱ λόγοι γεγενεμένας διηγούνται καὶ συγγράφουσιν. εἰ δ' οἱ μὲν χρώμασι καὶ σχήμασιν οἱ δ' ὀνόμασι καὶ λέξεσι ταῦτα δηλοῦσιν, ὅλη καὶ τρόποις μιμήσεως διαφέρουσι, τέλος δ' ἀμφοτέρους ἐν ὑπόκειται, καὶ τῶν ἱστορικῶν κράτιστος ὁ

Independentemente da dificuldade inerente à definição da historiografia trágica, a crítica polibiana é melhor compreendida se inserida no debate historiográfico próprio do século III a.C. Segundo H. Strasburger (1975, pp. 78 e ss) a concepção de uma historiografia mimética corresponderia à concepção de que a história só seria frutífera se representada como experiência vivida, ou seja, recusando a retórica de gabinete e centrando-se na busca por situar o leitor ante a obra como num teatro ante a representação. Assim, tratar-se-ia de ênfase na elaboração do conteúdo e não da forma. Seguindo uma perspectiva já aberta na *Iliada* e em Heródoto e Tucídides¹⁶, Dúris estaria a propor uma representação da realidade calcada na experiência pessoal que transformasse a fidedignidade (*Faktentreue*) em ficção (*fiktive*) dotada, entretanto, de realidade potencial (*potentielle Wirklichkeit*). Aventando a hipótese de que a teoria de Dúris talvez fosse tão somente a de seu mestre Teofrasto, H. Strasburger (1975, pp. 81 e 85-7) demonstra sua familiaridade com os *Mimos* de Sofrão, com a comédia nova de Menandro e com a preocupação humanística estoica em termos de temática, cada vez mais humanizada desde Tucídides, mais preocupado com questões político-militares que sociais: a história só seria percebida concreta, não abstratamente; não se realizaria por meio do intelecto, mas mediada pelo sentimento e pela percepção sensível; e teria sua finalidade na participação do leitor via compadecimento. Assim, temática e meios expressivos enriquecer-se-iam juntos ou, nas palavras de E. MacPhail (2001, p. 7), “a história herdaria ou simplesmente usurparia a função da poesia”.

Muito embora a interpretação de H. Strasburger parta também do preenchimento das lacunas do fragmento de Dúris, ela sinaliza, entretanto, uma possível mudança quanto à concepção de historiografia própria da época. Assim, talvez o único fato que poderia ser destacado com certeza é que as críticas de Políbio a Filarco, adepto da proposta de Dúris, constituem uma tentativa de reelaborar um modelo historiográfico não praticado no período. Assim como Tucídides, Políbio dá mais importância a assuntos políticos e militares sem se preocupar com outros campos de pesquisa histórica. A proposta de Dúris, calcada na reflexão sobre a própria natureza da história (Strasburger, 1975, p. 80), constitui-se numa tentativa de alargar seu campo de visão, enquanto a crítica polibiana tão somente manifestaria a reclamada necessidade de retomar a serie-

τὴν διήγησιν ὥσπερ γραφὴν πάθει καὶ προσώποις εἰδωλοποιήσας. ὁ γοῦν Θουκυδίδης αἰὲ τῷ λόγῳ πρὸς ταύτην ἀμιλλᾶται τη.ν ἐνάργειαν, οἷον θεατὴν ποιῆσαι τὸν ἀκροατὴν καὶ τὰ γινόμενα περὶ τοὺς ὁρώντας ἐκπληκτικὰ καὶ ταρακτικὰ πάθη τοῖς ἀναγινώσκουσιν ἐνεργάσασθαι λιχνερόμενος.

¹⁶ O relato da peste: Strasburger, 1975, p. 80.

dade do *κτῆμα* tucidideano no pragmático ambiente romano. Além disso, a crítica polibiana constitui-se também na tentativa de conferir à *ἀλήθεια* historiográfica o mesmo estatuto que Aristóteles havia atribuído à *μίμησις* poética: filosófica e séria. Enquanto Dúris aproxima história e poesia, ampliando os recursos do gênero, Políbio se apropria dos atributos desta e os transplanta para a especificidade da história, mantida dentro de alguns dos limites delimitados por Tucídides.

A CRÍTICA DE POLÍBIO A FÍLARCO

Considerando que Fílarco busca exageradamente emocionar seus leitores, por meio da apresentação de cenas de conteúdo fortemente patético¹⁷, Políbio teoriza:

É preciso que o historiador não comova os leitores com exageros espalhados ao longo da história, nem que procure discursos ocasionais ou crescente seqüências aos relatos, como os tragediógrafos, mas que apenas relembre coisas ditas e feitas conforme a verdade, mesmo que sejam muito triviais. Pois a finalidade da história não é a mesma da tragédia, mas a oposta. É preciso que esta emocione e seduza os leitores no presente por meio de discursos os mais plausíveis, e que aquela ensine e persuada os amantes do aprendizado a qualquer tempo com obras e discursos verdadeiros; muito embora na primeira predomine o plausível, mesmo que falso, devido à ilusão dos espectadores, na segunda o faz o verdadeiro, em vista do proveito dos amantes do aprendizado. Além disso, narra-nos muitas peripécias não supondo causa ou variação nos acontecimentos, sem os quais não é possível apiedar-se racionalmente nem encolerizar-se convenientemente com nenhum dos acontecimentos.¹⁸

¹⁷ Davidson, 1991, p. 14 assinala uma diferença fundamental entre Políbio e Fílarco quanto à ênfase no papel da visão do leitor na apresentação do relato: enquanto o primeiro escreve para fazer com que o leitor como que observe os fatos, buscando assim sua instrução (cf. VIII, 1, 4: *ὁ καὶ μάλιστα ἂν τις εἰς τὸ κατὰ μέρος ἐμβλέψας θαυμάσειε* – ... coisa que espantaria sobretudo aquele que observasse as particularidades), Fílarco insistiria em colocar os fatos sob os olhos do leitor buscando tão somente a aprovação deste (cf. II, 56, 7: *τοὺς ἀναγινώσκοντας καὶ συμπαθεῖς ποιεῖν* – fazer dos leitores simpatizantes; e II, 56, 8: *ποιεῖ δὲ τοῦτο παρ' ὅλην τὴν ἱστορίαν, πειρώμενος ἐν ἐκάστοις αἰεὶ πρὸ ὀφθαλμῶν τιθέναι τὰ δεινὰ* – faz isso ao longo de toda a história, tentando sempre colocar, em cada assunto, as coisas prodigiosas sob os olhos [do leitor]).

¹⁸ Pol., II, 56, 10-13: *δεῖ τοιγαροῦν οὐκ ἐπιπλήττειν τὸν συγγραφέα τερατενόμενον διὰ τῆς ἱστορίας τοὺς ἐντυγχάνοντας οὐδὲ τοὺς ἐνδεχομένους λόγους ζητεῖν καὶ τὰ παρεπόμενα τοῖς ὑποκειμένοις ἐξαριθμεῖσθαι, καθάπερ οἱ τραγωδιογράφοι, τῶν δὲπραχθέντων καὶ ῥηθέντων κατ' ἀλήθειαν αὐτῶν μνημονεύειν πάμπαν, κἂν πάνν μέτρια τυγχάνωσιν ὄντα. τὸ γὰρ τέλος ἱστορίας καὶ τραγωδίας οὐ ταῦτόν, ἀλλὰ τοῦναντίον. ἐκεῖ μὲν γὰρ δεῖ διὰ τῶν πιθανωτάτων λόγων ἐκπληξῆαι καὶ ψυχαγωγῆσαι κατὰ τὸ παρὸν τοὺς ἀκούοντας, ἐνθάδε δὲ διὰ τῶν ἀληθινῶν ἔργων καὶ λόγων εἰς τὸν πάντα χρόνον διδάξαι καὶ πείσαι τοὺς φιλομαθοῦντας, ἐπειδήπερ ἐν ἐκείνοις μὲν ἡγείται τὸ πιθανόν, κἂν ᾗ ψεῦδος, διὰ τὴν ἀπάτην τῶν θεωμένων, ἐν δὲ τούτοις τάληθές διὰ τὴν ὠφέλειαν τῶν φιλομαθοῦντων. χωρὶς δὲ τούτων τὰς πλείστας*

Ao diferenciar tragédia e história e conseqüentemente o trabalho do historiador e do tragediógrafo, Políbio as separa por sete critérios: a) seu propósito é diferente: a tragédia comove, emociona e seduz (*ἐπιπλήττειν, ἐκπλήξαι, ψυχαγωγῆσαι*), enquanto que a história rememora, ensina e convence (*μνημονεύειν, διδάξαι, πείσαι*); b) sua finalidade é diferente: a tragédia produz ilusão (*αἰπάθην*), a história gera proveito (*ὠφέλειαν*); c) a fruição de cada finalidade tem duração diferente no tempo: a tragédia visa o presente (*κατὰ τὸ παρόν*), a história visa qualquer tempo (*εἰς τὸν πάντα χρόνον*); d) o público que a fruirá é diferente: a tragédia se dirige a quem tão somente observa (*θεωμένων*), a história, a quem estuda (*φιλομαθοῦντας*); e) o conteúdo de cada uma é diferente: a tragédia trata do exagero, do ocasional e do plausível (*τερατευόμενον, ἐντυγχάνοντας, ἐνδεχομένους, πιθανόν*), enquanto que a história trata do verdadeiro (*τάληθές*); f) a tragédia centra-se na narração de peripécias (*ἐξηγείται τῶν περιπετειῶν*), a história supõe uma explicação causal (*ὑποτιθεῖς αἰτίαν*). O sétimo critério deve ser tratado à parte, posto que a diferenciação que estabelece se pauta por uma prévia semelhança: tragédia e história se assemelhariam quanto à emoção que produzem (*ἐλεεῖν, ὀργίξεσθαι*), mas na história estas são mais racionais e apropriadas (*εὐλόγως, καθηκόντως*) devido à cadeia causal, inexistente na tragédia.

Cada um desses critérios, por sua vez, denota um outro critério maior, de fundo ético-político, a partir do qual o historiador tece sua crítica. Tal critério sinaliza a visão do homem prático e sua relação com o tipo de conhecimento que produz. No caso da distinção entre história e tragédia, a primeira constituiria assim o domínio do funcional, útil, perene, sério, verdadeiro, profundo e emocionalmente superior, enquanto que a segunda, o do entretenimento, fútil, efêmero, despropositado, possível, superficial e emocionalmente inferior. Assim, a distinção polibiana entre dois gêneros literários ou dois princípios epistemológicos pressupõe uma prévia distinção entre posturas éticas relativas à forma de construir conhecimento, e talvez esteja calcada num fenômeno próprio do período:

Era natural que, depois da grande transformação civilizatória provocada pela carreira de Alexandre, o número daqueles que tentavam se expressar publicamente de alguma maneira deve ter crescido muito. A educação, com o passar do tempo, tornou-se largamente difundida e formou não um público mas dois: um altamente educado, e a grande maioria com educação suficiente para ler de modo ávido mas não sério; o primeiro foi abastecido pelos especialistas, o segundo pela literatura popular.¹⁹

ἡμῖν ἐξηγείται τῶν περιπετειῶν, οὐχ ὑποτιθεῖς αἰτίαν καὶ τρόπον τοῖς γιγνομένοις, ὧν χωρὶς οὐτ' ἐλεεῖν εὐλόγως οὐτ' ὀργίξεσθαι καθηκόντως δυνατόν ἐπ' οὐδενὶ τῶν συμβαινόντων. Cf. a relação de passagens em que Políbio critica direta ou indiretamente os historiadores que escrevem à maneira trágica em Sacks, 1981, pp. 144 e 162 e ss.

¹⁹ TARN & GRIFFITH, 1952, p. 268.

Associado ao critério ético empregado por Políbio pode estar também a tucidideana insistência na especificidade de seu próprio público, associado à camada educada capaz de ler seu trabalho como algo sério e não passatempo. Na mesma medida a própria opção do historiador por escrever sem adornos e buscando sempre fornecer lições colocá-lo-ia na classe dos especialistas, e não dos escritores de ocasião.

Se, por um lado, o historiador critica um tipo de historiografia de matiz trágico centrado na exibição do patético, por outro isso não significa que não se aproprie de elementos trágicos para compor sua própria obra. Muito embora associados por Aristóteles, os conceitos de tragédia e universalidade são pensados por Políbio de modo distinto e aplicados à história em momentos específicos: a delimitação de uma perspectiva universalizante constitui um primeiro atributo necessário e inerente à definição polibiana de história pragmática. A época escolhida e o modo particular como ela condicionou a estrutura de seu relato são para Políbio fenômenos singulares, o momento em que uma perspectiva cosmopolita e universal, de fundo estoico, se funde à idéia de que Roma é o último dos impérios mundiais²⁰:

O elemento singular de nossa obra e espantoso em nossa época é isto: assim como o acaso inclinou quase todos os Estados do mundo habitado para uma só parte e os coagiu a se voltar para um só e mesmo escopo, do mesmo modo também é preciso, por meio da história, apresentar aos leitores, sob visão de conjunto, essa operação, algo feito visando à convergência de todos os acontecimentos. Pois sobretudo isso ocorreu, o que nos incitou e despertou para o empreendimento da história; além disso, nenhum dos nossos contemporâneos empreendeu coligir todos os fatos.”²¹

Desde seu início, o conteúdo da narrativa é apresentado indissociavelmente vinculado à questão de sua organicidade enquanto derivada da grandeza de seu objeto, refletindo a superior unicidade de seu projeto historiográfico: o emprego do conceito de universalidade por Políbio responde por uma necessidade sentida como histórica e historiográfica pois, uma vez que Roma ultrapassou qualquer outro império até então conhecido, o objeto selecionado pelo historiador configura-se como o maior dentre todos os já relatados, e conseqüentemente

²⁰ FERRERO, 1970, p. 53. Segundo o autor é Panécio quem funde cosmopolitismo e escatologia.

²¹ POL., I, 4, 1-2: *τὸ γὰρ τῆς ἡμετέρας πραγματείας ἴδιον καὶ τὸ θαυμάσιον τῶν καθ' ἡμᾶς καιρῶν τοῦτ' ἐστὶν ὅτι, καθάπερ ἡ τύχη σχεδὸν τὰ τῆς οἰκουμένης πράγματα πρὸς ἓν ἐκλινε μέρος καὶ πάντα νεύειν ἠνάγκασε πρὸς ἓνα καὶ τὸν αὐτὸν σκοπὸν, οὕτως καὶ δεῖ διὰ τῆς ἱστορίας ὑπὸ μίαν σύνοψιν ἀγαγεῖν τοῖς ἐντυγχάνουσι τὸν χειρισμὸν τῆς τύχης, ᾧ κέχρηται πρὸς τὴν τῶν ὅλων πραγμάτων συντέλειαν. καὶ γὰρ τὸ προκαλεσάμενον ἡμᾶς καὶ παρορμήσαν πρὸς τὴν ἐπιβολὴν τῆς ἱστορίας μάλιστα τοῦτο γέγονεν, σὺν δὲ τούτῳ καὶ τὸ μηδένα τῶν καθ' ἡμᾶς ἐπιβεβλήσθαι τῇ τῶν καθόλου πραγμάτων συντάξει.*

sua história universal²² (*τῇ τῶν καθόλου πραγμάτων συντάξει*) ultrapassa histórias escritas a respeito de objetos únicos, como as *Helênicas*, monografias e biografias²³.

O que é diferente a respeito da historiografia helenística é que os historiadores estavam respondendo a um mundo grandemente modificado a partir do século V a.C., e uma vez que a escrita da história reflete a problemática do presente, não é surpresa que os historiadores depois de Tucídides forjassem novos instrumentos para entender e explicar o novo mundo em que viviam.²⁴

Dentre essas novas ferramentas uma delas é a eleição de gêneros historiográficos centrados parcialmente ao redor de um único e definido objeto historiográfico, como a história de um povo, de uma guerra ou de um indivíduo, dentre outros exemplos. Outra ferramenta é aquela escolhida por Éforo, a elaboração de uma história “universal”²⁵ que abarcava feitos de gregos e não gregos desde 1069/8 (retorno dos Heráclidas) até o cerco de Perinto em 340.

A história estava geograficamente estruturada e articulada de acordo com áreas geográficas, atribuindo-se um livro a uma única área²⁶. Embora Políbio visse a si mesmo como herdeiro de Éforo, é importante destacar que Éforo tentou uma história universal em termos de tempo e espaço, enquanto o trabalho de Políbio é universal apenas com relação ao último. Apesar de tudo o movimento rumo a uma história universal teve profunda influência em Políbio e nos historiadores posteriores²⁷... A escolha de Políbio, portanto, representa uma reação e uma reelaboração de um tipo de historiografia nascida no período helenístico, constituindo uma tentativa “de estabelecer sua própria

²² “Com Roma, a historiografia acede enfim ao geral”: Hartog, 2001, p. 14.

²³ MARINCOLA, 1999, p. 37. O próprio Políbio trata a história universal como superior às parciais: cf. II, 37, 4 e XXIX, 12.

²⁴ MARINCOLA, 2001, p. 112 (destaque no original).

²⁵ Também MARINCOLA, 2001, p. 109 emprega o termo entre aspas. Para Momigliano, 1978, p. 17, “um dos fatores técnicos que tornou possível construir uma história universal no período helenístico foi o desenvolvimento de estudos cronológicos”.

²⁶ DIODORO DA SICÍLIA (V, 1, 4) afirma que Éforo dispôs cada livro organizando assuntos “κατὰ γένος”. Sobre as diferentes acepções dessa partição cf. Drews, 1963, *passim*.

²⁷ MARINCOLA, 2001, pp. 109-110. *Idem* Walbank, 1972, p. 42. A respeito de Políbio apresentar-se como herdeiro de Éforo, cf. Pol., V, 33, 1-2: um pouco diferentemente do que afirma J. Marincola, em nenhum momento Políbio afirma considerar-se herdeiro de Éforo. Apenas o reconhece como o primeiro autor de uma história universal (*ἐγὼ, παραιτησάμενος Ἐφορον τὸν πρῶτον καὶ μόνον ἐπιβεβλημένον τὰ καθόλου γράφειν*) com vistas a desqualificar outros historiadores, autores de histórias parciais. Momigliano, 1978, p. 11 diferencia os conceitos de universalidade empregados por Éforo e Políbio: para o primeiro, a história universal existiria tão somente na forma de excursos subordinados à história grega. Já o conceito polibiano seria bastante mais delimitado.

visão sobre o que deveria ser a história em contraposição ao tipo de história então vastamente escrita e lida.²⁸

Três instâncias concorrem para a escolha de Políbio: a) o acaso (*ἡ τύχη*) enquanto agente indefinível²⁹ que por primeiro apresentou os fatos de maneira coesa (*πρὸς ἓν ἔκλινε μέρος καὶ πάντα νεύειν ἠνάγκασε πρὸς ἓνα καὶ τὸν αὐτὸν σκοπόν*). Assim, como os fatos imporiam ao historiador, pela excelência de sua disposição, a necessidade de iniciar seu relato por eles, o historiador tem b) necessidade de apresentar uma visão de conjunto (*ὑπὸ μίαν σύνοψιν*), necessidade que identifica a singularidade de sua obra, posto que c) nenhum de seus contemporâneos havia escrito uma obra desse tipo (*μηδένα τῶν καθ' ἡμᾶς ἐπιβεβλήθαι*). A justificativa das duas últimas instâncias é feita através de imagens.

Argumentando pela importância de não deixar cair no esquecimento essa conjunção de acontecimentos que no seu entender é única, Políbio aponta a maneira pela qual ela pode ser percebida:

De fato, a partir dos escritores de histórias parciais não é possível ter visão de conjunto, senão qualquer pessoa suporia compreender corretamente a configuração de todo o mundo habitado bem como toda sua constituição e disposição depois de percorrer uma a uma as cidades mais ilustres ou, por Zeus, depois de vê-las destacadas em um mapa. Nada, porém, ocorre dessa maneira. Parece-me sofrer algo análogo quem acredita que por meio de uma história parcial terá adequada visão de conjunto de todas as coisas relativas ao mundo, como alguém que, vendo desmembradas as partes de um corpo antes vivo e belo, julgasse ser o bastante para se configurar em testemunha da vitalidade e da beleza desse animal. Pois se um outro reajustasse e reconstruísse o animal dando-lhe a forma e a aparência de vida, e em seguida novamente o mostrasse àqueles, penso que todos concordariam rapidamente que antes se afastavam muito da verdade e eram semelhantes a sonhadores. Pois a partir das partes é possível ter noção do todo, mas não ciência e juízos sólidos. Por isso a história parcial é completamente superficial se comparada à fundamentação e à fidedignidade da história universal. Apenas a partir da coesão e da justaposição de todas as coisas umas em relação às outras, e ainda de sua semelhança e diferença, alguém atingiria e poderia, a partir da visão de conjunto, apreender a utilidade e o prazer da história.³⁰

²⁸ WALBANK, 1972, p. 34. Já antes de Políbio a tendência entre os historiadores helenísticos de escrever histórias universais aumentava pouco a pouco face aos avanços da conquista romana. Cf. Lévêque, 1987, p. 109.

²⁹ O filósofo circunscreve o acaso a conceitos análogos àqueles que nortearão a teoria do historiador: “é necessário que sejam indefiníveis os causantes a partir dos quais algo surgiria por acaso. Disso se segue que o acaso parece ser domínio do indefinível, algo não evidente para o ser humano, e que portanto nada pareceria ocorrer por acaso (...) é correto dizer que o acaso é algo irracional”. Do mesmo modo com que Aristóteles se acautela para circunscrever o acaso, apontando sua irracionalidade, analogamente também Políbio enfatiza a dificuldade de apreender sua noção, quando não a impossibilidade.

³⁰ POL., I, 4, 6-11: *ὅπερ ἐκ μὲν τῶν κατὰ μέρος γραφόντων τὰς ἱστορίας οὐχ οἷόν τε συνιδεῖν, εἰ μὴ καὶ τὰς ἐπιφανεστάτας πόλεις τις κατὰ μίαν ἐκάστην ἐπελθὼν ἢ καὶ νῆ Δία*

Apenas o projeto historiográfico próprio e único de Políbio seria capaz de abarcar o relato do processo selecionado como objeto de estudo: uma história parcial (*τῆς κατὰ μέρος ἱστορίας*)³¹ não permite a visão de conjunto (*συνιδεῖν, συνόψεσθαι*) necessária para abarcar o todo (*τῶν ὅλων*), mas apenas uma noção (*ἐννοίαν*), e não ciência e juízo (*ἐπιστήμην δὲ καὶ γνῶμην*). Somente com a coesão e justaposição de todos os assuntos (*ἐκ μέντοι γε τῆς ἀπάντων πρὸς ἄλληλα συμπλοκῆς καὶ παραθέσεως*) se chegaria à utilidade e prazer da história (*τὸ χρήσιμον καὶ τὸ τερπνὸν ἐκ τῆς ἱστορίας*). Por outras palavras, apenas a história pragmática proporcionaria a adequada finalidade didática que o historiador circunscreve ao gênero.

Aparentemente, universalidade-totalidade significa a maior abrangência geográfica em que se desenrolam eventos concernentes à esfera político-militar circunscritos a um determinado período. A questão nunca é explicitamente definida pelo autor, mas sempre trabalhada em torno do centro político de um mundo culturalmente policêntrico³². Outra visão apropriada da questão é apresentada por J. Marincola. Diferentemente de Éforo, a quem é atribuído o posto de primeiro historiador universal, dado que sua obra tratava de todos os povos com que os gregos tiveram contato em todas as épocas,

“a história de Políbio é universal não apenas porque trata da *οἰκουμένη* inteira, mas também (e especialmente) porque os acontecimentos durante sua vida concorreram ‘para um fim’ (*πρὸς ἓν τέλος*). Argumentando assim, Políbio estava apto a reclamar que seu objeto era único e unificado, e que sua história espelhava os eventos com precisão: pois assim como Roma submeteu nações uma a uma, do mesmo modo a

γεγραμμένας χωρὶς ἀλλήλων θεασάμενος εὐθέως ὑπολαμβάνει κατανενοηκέναι καὶ τὸ τῆς ὅλης οἰκουμένης σχῆμα καὶ τὴν σύμπασαν αὐτῆς θέσιν καὶ τάξιν · ὅπερ ἐστὶν οὐδαμῶς εἰκός. καθόλου μὲν γὰρ ἔμοιγε δοκοῦσιν οἱ πεπεισμένοι διὰ τῆς κατὰ μέρος ἱστορίας μετρίως συνόψεσθαι τὰ ὅλα παραπλήσιόν τι πάσχειν, ὥς ἂν εἴ τις ἐμψύχου καὶ καλοῦ σώματος γεγονότος διερριμμένα τὰ μέρη θεώμενοι νομίζοιεν ἱκανῶς αὐτόπται γίνεσθαι τῆς ἐνεργείας αὐτοῦ τοῦ ζῆφου καὶ καλλονῆς. εἰ γάρ τις αὐτίκα μάλα συνθεῖς καὶ τέλειον αὐθις ἀπεργασάμενος τὸ ζῆφον τῷ εἶδει καὶ τῇ τῆς ψυχῆς εὐπρεπείᾳ κάπειτα πάλιν ἐπιδεικνύοι τοῖς αὐτοῖς ἐκείοις, ταχέως ἂν οἶμαι πάντας αὐτοὺς ὁμολογήσειν διότι καὶ λίαν πολὺν τι τῆς ἀληθείας ἀπελείποντο πρόσθεν καὶ παραπλήσιοι τοῖς ὀνειρώττουσιν ἦσαν. ἐννοίαν μὲν γὰρ λαβεῖν ἀπὸ μέρους τῶν ὅλων δυνατόν, ἐπιστήμην δὲ καὶ γνῶμην ἀτρεκῆ σchein ἀδύνατον. Διὸ παντελῶς βραχὺ τι νομιστέον συμβάλλεσθαι τὴν κατὰ μέρος ἱστορίαν πρὸς τὴν τῶν ὅλων ἐμπειρίαν καὶ πίστιν. ἐκ μέντοι γε τῆς ἀπάντων πρὸς ἄλληλα συμπλοκῆς καὶ παραθέσεως, ἔτι δ' ὁμοιότητος καὶ διαφορᾶς, μόνως ἂν τις ἐφίκοιτο καὶ δυνηθεῖ κατοπτρεύσας ἅμα καὶ τὸ χρήσιμον καὶ τὸ τερπνὸν ἐκ τῆς ἱστορίας ἀναλαβεῖν. Sobre a importância e significado da história universal com visão de conjunto para Políbio, cf. também VIII, 2. Para um comentário à passagem, cf. Ziegler, 1952, cc. 1505 e 1515-6.

³¹ Para SACKS, 1981, p. 99 a distinção polibiana é mais polêmica que teórica.

³² SACKS, 1981, p. 95. À p. 98 o mesmo autor indica que não havia, na antiguidade, uma teoria a respeito da questão, a qual depende sempre da interpretação de Políbio.

história de Políbio superou todas as outras formas de história”³³.

Partindo do relato de acontecimentos ocorridos dentro de um vasto perímetro e que convergiram todos para uma mesma finalidade, Políbio constrói uma história que permite ao leitor ter visão de conjunto a respeito desses acontecimentos, pois que todos estruturados em função de um mesmo princípio – no caso a formação do poderio romano – que lhes dá sentido existencial e epistemológico. Ao introduzir a necessidade de a história ser capaz de *συνόψεσθαι*, Políbio assinala sua principal diferença em relação a seus antecessores. Assim, uma melhor tradução para o termo *καθόλου* aplicado à história por Políbio seria o de “história orgânica”³⁴, ou seja, organizada de modo a apresentar uma visão de conjunto, como aquela que representa o animal vivo, alvo da comparação do historiador.

Nesse sentido, o emprego do termo *καθόλου* por Políbio remete ao conceito de mito uno de Aristóteles e não tanto ao seu gêmeo da *Poética*³⁵. Àqueles que diziam ser difícil acompanhar sua obra até o final, Políbio afirma ser mais fácil ler “quarenta livros como que tecidos segundo um fio”³⁶. Tal imagem do tecido vem completar a do animal desmembrado (histórias parciais) e do animal vivo (a história de Políbio), a mesma empregada por Aristóteles ao definir o mito uno da tragédia-epopéia (1459a20): *ὅσπερ ξῶον ἐν ὅλῳ*. A história de Políbio é universal porque mostrada “como um único animal inteiro”, ou seja, todos os assuntos se ordenam segundo um recorte temporal único³⁷ dentro do qual uma série de guerras se articula; “tecidos segundo um fio”, tais assuntos configuram um tema único constituído por princípio (exame das causas e início), meio (as guerras propriamente narradas) e fim (a formação do poderio romano). Assim, a definição polibiana de história universal se estrutura a partir do momento em que o historiador se apropria dos atributos do *μῦθος* poético e com eles constrói o conceito de universalidade historiográfica a partir da preceituação segundo a qual a história trata de uma temporalidade única³⁸. Por

³³ MARINCOLA, 2001, p. 121.

³⁴ Opção de Sacks, 1981, p. 115 a partir de Walbank, 1957, v. I, *ad locum*.

³⁵ Hipótese avançada por Ferrero, 1970, p. 47. ARIST., *Poét.*, 1451b8-9: “Ἔστι δὲ καθόλου μὲν, τῷ ποίῳ τὰ ποῖ’ ἅττα συμβαίνει λέγειν ἢ πράττειν κατὰ τὸ εἰκὸς ἢ τὸ ἀναγκαῖον (existe o universal, ou seja, quais coisas convém a que tipo dizer ou fazer segundo o verossímil e o necessário).”

³⁶ *Pol.*, III, 32, 2: (...) βύβλους τετταράκοντα καθαπερανεὶ κατὰ μίτον ἐξηφασμένας. Sobre a acepção proverbial da expressão cf. Walbank, 1957, v. I, *ad locum*.

³⁷ Na proposta original. Depois da tomada da destruição de Cartago e Corinto (146 a.C.) o historiador amplia o relato até tal data. A alteração é comentada pelo próprio historiador na exposição do plano da obra (III, 4-5).

³⁸ Cf. PIRES, 2005. A respeito das exigências aristotélicas quanto à questão da unicidade *in toto*, cf. Pfeiffer, 1968, pp. 74 e 137.

outras palavras, do mesmo modo como analogamente ao mito uno característico da ação poética Aristóteles atribui à história uma temporalidade una (1459a23 - οὐχὶ μίᾳς πράξεως ποιεῖσθαι δῆλωσιν ἀλλ' ἐνὸς χρόνου), assim também Políbio circunscreve universalmente seu objeto em função da delimitação de um preciso recorte temporal, os menos de cinquenta e três anos da formação do poderio romano sobre o Mediterrâneo³⁹.

Apesar dos esforços despendidos para entender a questão da universalidade polibiana a partir da *Poética*, IX, é mais proveitoso tentar compreender Políbio a partir de suas próprias teorias, e difícil deixar de concordar com A. Momigliano⁴⁰ quando afirma que muito embora o vocabulário dos historiadores do período seja peripatético, a historiografia tem contato com a filosofia, mas se desenvolve por caminhos próprios, e a existência de coincidências não configura necessariamente uma filiação direta.

Até aqui tem-se tomado como pressuposto que Políbio de fato leu a *Poética* de Aristóteles. À introdução da sua edição do texto V. G. Yebra (*in*: Aristotelous, 1992, p. 12) menciona ter havido transmissão das “idéias” por parte de gramáticos e críticos, mas que o texto mesmo era quase desconhecido na antigüidade. É possível também que o historiador tenha recebido tais conceitos por via de uma tradição desenvolvida entre historiadores (notadamente Éforo) a partir da primeira (a dos gramáticos), fato mais plausível do que supor a existência da *Poética* na biblioteca do rei Perseu a que Políbio teve acesso em Roma, posto não haver notícia a respeito nem citação explícita da *Poética* no texto do historiador, além de tratar-se de obra acroamática provavelmente transportada por Neleu, discípulo de Teofrasto, para Cépseis da Tróade⁴¹. Assim, tivesse Políbio lido ou não o tratado é mais provável que tenha desenvolvido noções próprias a partir dos mesmos conceitos quando se trata da relação entre história, tragédia e universalidade⁴².

³⁹ *Pol.*, I, 1, 5-6: τίς γὰρ οὕτως ὑπάρχει φαῦλος ἢ ῥάθυμος ἀνθρώπων ὃς οὐκ ἂν βούλοιο γνώωναι πῶς καὶ τίνι γένει πολιτείας ἐπικρατηθέντα σχεδὸν ἅπαντα τὰ κατὰ τὴν οἰκουμένην οὐχ ὅλοις πεντέκοντα καὶ τρισὶν ἔτεσιν ὑπὸ μίαν ἀρχὴν ἔπεσε τὴν Ῥωμαίαν, ὃ πρότερον οὐχ εὕρισκεται γεγονός, τίς δὲ πάλιν οὕτως ἐκπαθῆς πρὸς τι τῶν ἄλλων θεαμάτων ἢ μαθημάτων ὃς προυργιαίτερον ἂν τι ποιήσαιτο τῆσδε τῆς ἐμπειρίας;

⁴⁰ Ao discutir com K. von Fritz: cf. Von Fritz, “Die Bedeutung des Aristoteles für die Geschichtsschreibung”, pp. 143-5, *in*: Latte et alii, 1956.

⁴¹ Introdução de V. G. Yebra, pp. 9-10 (ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΟΥΣ, 1992).

⁴² No caso da relação entre Políbio e os tratados físicos de Aristóteles, por exemplo, a relação de influência/dependência direta é mais plausível, posto tratar-se de uma relação de semelhança e não de apropriação parcial. Por outro lado, Walbank, 1957, v. I, p. 2 considera que, muito embora Políbio mencione Heráclito, Platão, Aristóteles e Demétrio de Falero, apresenta poucas evidências de estudo tão profundo e crítico como o que desenvolve sobre historiadores como Timeu,

A perspectiva universalizante da história forçosamente centrada no primado político-militar de Roma sobre o Mediterrâneo é também um conceito caro à formulação das *Origines* de Catão. Assim como Políbio, o censor começa a escrever após a vitória de Pidna (168 a.C.) e sob a influência de todos os seus efeitos: as escolhas de ambos refletem aspectos da cultura do Círculo dos Cipião que integravam juntamente com o idoso Caio Lélío, aliado político e amigo pessoal do primeiro Africano, Cipião Emiliano, o comediógrafo Terêncio e o filósofo estoíco Panécio, tertúlia que freqüentava a casa do vencedor de Pidna, Paulo Emílio ou, como no caso de Políbio, ali morava⁴³. Do butim conquistado do rei Perseu, Paulo Emílio só reteve para si a biblioteca real, não tão grande como as de Alexandria ou Pérgamo, mas cujo destaque era as obras de Aristóteles e Xenofonte (Grimal, 1975, pp. 251 e ss). É a partir de estudos desenvolvidos sobre tais obras; da confluência das quatro maiores correntes de pensamento do período (platonismo, aristotelismo, epicurismo e estoicismo, a mais influente no círculo); e dos elementos próprios à religião e à moral romanas que se constituem alguns dos elementos que marcarão todo o pensamento ético-político – e, por consequência, historiográfico – romano presentes já em Políbio: a questão do finalismo da história, de inspiração aristotélica e estoíca; a questão do acaso enquanto princípio indeterminável de causalidade, familiar aos epicuristas⁴⁴ e à

Filarco, Teopompo e Éforo. Assim, pode-se afirmar que Políbio conhecia os filósofos mas não tanto quanto aos historiadores.

⁴³ Cf. TOUCHARD, 1970, pp. 95 e ss e Hacke, 2003, p. 3. Que Catão possuía boas relações com Cipião e Paulo Emílio é perceptível não só pelo mútuo interesse pela cultura grega, mas também pelo fato de o filho do censor haver depositado uma filha (Tércia) de Paulo Emílio, portanto irmã adotiva de Cipião: cf. FERRERO, 1970, p. 101, n. 29.

⁴⁴ EPICURO, *Carta a Meneceno*, 133, 7-135, 4: (λέγει ἐν ἄλλοις γίνεσθαι ἃ μὲν κατ' ἀνάγκην, ἃ δὲ ἀπὸ τύχης, ἃ δὲ παρ' ἡμᾶς, διὰ τὸ τὴν μὲν ἀνάγκην ἀννυεύθυνον εἶναι, τὴν δὲ τύχην ἄστατον ὄραν, τὸ δὲ παρ' ἡμᾶς ἀδέσποτον, ὃ καὶ τὸ μεμπτὸν καὶ τὸ ἐναντίον παρακολουθεῖν πέφυκεν) – ἐπεὶ κρεῖττον ἦν τῷ περὶ θεῶν μύθῳ κατακολουθεῖν ἢ τῇ τῶν φυσικῶν εἰμαρμένῃ δουλεύειν. ὁ μὲν γὰρ ἐλπίδα παραιτήσεως ὑπογράφει θεῶν διὰ τιμῆς, ἡ δὲ ἀπαραίτητον ἔχει τὴν ἀνάγκην – τὴν δὲ τύχην οὐτε θεὸν ὥς οἱ πολλοὶ νομίζουσι ὑπολαμβάνων – οὐθὲν γὰρ ἀτάκτως θεῶν πράττεται – οὐτε ἀβέβαιον αἰτίαν – οὐκ οἶεται μὲν γὰρ ἀγαθὸν ἢ κακὸν ἐκ ταύτης πρὸς τὸ μακαρίως ζῆν ἀνθρώποις δίδοσθαι, ἀρχὰς μέντοι μεγάλων ἀγαθῶν ἢ κακῶν ὑπὸ ταύτης χορηγεῖσθαι – κρεῖττον εἶναι νομίζων εὐλογίστως ἀτυχεῖν ἢ ἀλογίστως εὐτυχεῖν – βέλτιον γὰρ ἐν ταῖς πράξεσι τὸ καλῶς κριθὲν μὴ ὀρθωθῆναι ἢ τὸ μὴ καλῶς κριθὲν ὀρθωθῆναι διὰ ταύτην [(“diz em outro lugar que umas coisas surgem segundo a necessidade, outras por acaso, outras por nós mesmos, porque a necessidade não é responsabilizável, o acaso é instável ao olhar, e não culpável o que vem de nós, ao qual ocorre seguir de perto o reprovável e o contrário) – então seguir o mito a respeito da divindade era melhor do que submeter-se ao destino. Pois um prescreve a esperança de perdão das divindades devido à honra, o outro é necessariamente inexorável – supondo ele que o acaso não é divindade, como muitos pensam, pois para a divindade nada ocorre desordenadamente; nem uma causa infirme, pois ele não acha que

moral romana; a interferência do elemento divino na história e o providencialismo da “missão” de Roma, idéia própria da religião romana; a reflexão ético-política pensada em termos pragmáticos, própria da moralidade romana são alguns exemplos (Grimal, 1975, pp. 258-60). É nesse ambiente erudito, em meio a essas idéias filosóficas e para esse contexto ético-político que Políbio constrói sua narrativa e seus conceitos⁴⁵, ou seja, os elementos romanos de interpretação da própria história são absorvidos e retrabalhados na obra polibiana dentro de uma perspectiva de continuidade (Ferrero, 1970, p. 101).

Em síntese, tanto a crítica quanto a apropriação polibiana de elementos da historiografia trágica visam atender às exigências didáticas que o historiador requer para sua obra: a história se afasta da tragédia porque ensina de modo sério, ou seja, não comove por entretenimento, e também se aproxima, mas apenas quanto à questão da circunscrição universalizante de um objeto, a única capaz de fornecer a lição considerada adequada:

“o conhecimento da história constitui a educação e o exercício mais verdadeiros relativamente às ações políticas, e a recordação dos revezes alheios o mais evidente e único mestre para capacitar a suportar nobremente as mudanças do acaso.”⁴⁶

BIBLIOGRAFIA

- ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΟΥΣ. *Περὶ ποιητικῆς*. Madrid: Gredos, edição de V. G. Yebra, 1974. (reimp. 1992)
- DAVIDSON, J. “The gaze in Polybius’ *Histories*”. *JRS* n. 81, p. 10-24, 1991.
- DREWS, R. “Ephorus and history written *κατὰ γένος*”. *AJP* n. 84.3, p. 244-255, 1963.

da parte do acaso é dado aos homens o bem ou o mal para viver feliz, mas que ele tão somente se compõe dos princípios de grandes bens ou males; e pensando que não ter sorte razoavelmente é melhor do que ser afortunado irracionalmente – pois nas ações o fato de não ser corrigido aquilo que é julgado belo é melhor do que ser corrigido por causa dela o não julgado belo”]. A questão do acaso em sua formulação epicurista é muito próxima, mas não igual, à de Políbio: princípio de causalidade não divino nem infirme, porém instável. Para o historiador, o acaso assume a conotação de irracional e está em plano análogo, mas não igual nem diferente, tão somente outro, ao da divindade.

⁴⁵ Segundo WALBANK, 1957, v. I, p. 1 a biografia de Políbio em larga medida condicionou a redação, que demonstra afinidades com a tradição literária helenística, mas sinaliza muito mais as “disposições inatas do homem”. Ainda segundo o mesmo autor, p. 5, Políbio teria visitado Alexandria algumas vezes depois de 145 a.C. porém, afirma Fraser, 1972, p. 495, a cidade deixou pequena marca entre historiadores e filósofos do período, como Hierônimo, Timeu, Filarco e o próprio Políbio. Com efeito, como aponta Ziegler, 1952, c. 1461, durante o segundo reinado de Ptolomeu Evergeta II Fiscão (145-116 a.C.) houve uma expulsão em massa de gregos da cidade.

⁴⁶ Pol., I, 1, 2: ἀληθινotátτην μὲν εἶναι παιδείαν καὶ γυμνασίαν πρὸς τὰς πολιτικὰς πράξεις τὴν ἐκ τῆς ιστορίας μάθησιν, ἐναργεστάτην δὲ καὶ μόνην διδάσκαλον τοῦ δύνασθαι τὰς τῆς τύχης μεταβολὰς γενναίως ὑποφέρειν τὴν τῶν ἀλλοτρίων περιπετειῶν ὑπόμνησιν.

- FERRERO, L. *Rerum scriptor. Saggi sulla storiografia romana*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1970.
- FRASER, P. M. *Ptolemaic Alexandria*. Oxford: Clarendon Press, v. I – Text, 1972.
- GRIMAL, P. *Le siècle des Scipions. Rome et l'hellénisme au temps des guerres puniques*. 2. ed. Paris: Aubier, 1975.
- HACKE, C. “Polybios”. Rheinische Friedrich-Wilhelms Universität Bonn. Seminar für Politische Wissenschaft. Hauptseminar: *Ausgewählte Fragestellungen zur Geschichte und Theorie der internationalen Politik*. 2003.
- HARTOG, F. (org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, trad. J. L. Brandão, 2001.
- IMMERWAHR, H. R. “Supplementary paper: Aspects of historical causation in Herodotus”. *TAPA* n. 87, p. 241-280, 1956.
- LATTE, K. et alii. *Histoire et historiens dans l'antiquité. Entretiens sur l'antiquité classique*, 1956. (Fondation Hardt, 4)
- LÉVÊQUE, P. *O mundo helênístico*. Lisboa: Edições 70, trad. T. Meneses, 1987.
- MacPHAIL, E. “The plot of history from antiquity to the renaissance”. *JHI*, p. 1-16, 2001.
- MARINCOLA, J. *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, reimp. 1999.
- _____. *Greek historians*, 2001. (Greece & Rome, 31)
- MOMIGLIANO, A. “Greek historiography”. *History and theory* n. 17.1, p. 1-28, 1978.
- PFEIFFER, R. *History of classical scholarship. From the beginnings to the end of the Hellenistic age*. Oxford: Clarendon Press, 1968.
- PIRES, F. M. *Políbio*. 2005. (material inédito cedido pelo autor)
- ROMILLY, J. de. *Histoire et raison chez Thucydide*. Paris: Belles Lettres, 1956.
- SACKS, K. *Polybius on the writing of History*. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1981.
- STRASBURGER, H. *Die Wesensbestimmung der Geschichte durch die antike Geschichtsschreibung*. 3. Aufl. Wiesbaden: Franz Steiner, 1975.
- TARN, W. y GRIFFITH, G.T. *Hellenistic civilization*. 3. ed. London: Edward Arnold & Co., 1952.
- TOUCHARD, J. *História das idéias políticas*. Lisboa: Europa-América, vol. 1, trad. M. Braga, 1970.
- ULLMAN, B. L. “History and tragedy”. *TAPA* n. 73, p. 25-53, 1942.
- WALBANK, F. W. “Polybius, Philinus, and the First Punic War”. *CQ* n. 39, p. 1-18, 1945.
- _____. *A historical commentary on Polybius*. Oxford: Clarendon Press, v. I – Commentary on books I-VI, 1957.
- _____. *Polybius*. Los Angeles & Berkeley: University of California Press, 1972.
- ZIEGLER, K. Polybios. In: *RE*, 1952, v. 41, cc. 1440-1578.

[recebido em fevereiro 2007; aceito em junho 2007]